



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 de ABRIL de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estão abertos os trabalhos da Comissão de Política Urbana.

Hoje, trataremos do requerimento, do nobre Vereador Chico Macena, a respeito da realização de uma audiência pública, tendo sido convocados a Dersa, a Secretaria Municipal de Transportes, a Secretaria Estadual de Transportes, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, para apresentarem os projetos referentes ao Trecho Norte do Rodoanel e seus respectivos estudos de impactos ambientais, urbanísticos e de vizinhança.

Até o momento, encontram-se conosco os Srs.: Paulo Barbosa, Assessor de Meio Ambiente, do nobre Deputado Estadual José Cândido; Evaristo Almeida, Assessor de Transporte da Liderança da Bancada do PT, na Assembleia Legislativa; Ênio Passorini Jr., representando a Secretaria Municipal de Transportes.

Apesar da insistência e da publicação no *Diário Oficial*, nos dias 18, 19, 20, 21, 25, 26 e 27 de abril, não temos, até o momento, nenhum dos representantes da Dersa, Secretarias Estadual e Municipal de Transporte, Secretarias Estadual e Municipal do Verde e Meio Ambiente, para discutirmos o assunto do Trecho Norte do Rodoanel.

Presentes os nobres Vereadores: Roberto Tripoli, Chico Macena, Toninho Paiva, Dalton Silvano, Ítalo Cardoso, Celso Jatene.

Lamentamos a ausência dos envolvidos diretamente nesse tema, uma vez que estamos falando de um investimento da ordem de 5 bilhões, de uma obra de grande impacto na Cidade. Mais uma vez, para nossa tristeza, consolida-se a antiga frase: “Todos falam de meio ambiente. Na prática, ninguém faz o que gostaríamos de ver para o meio ambiente”.

Hoje, em uma audiência pública, desta Comissão, temos vários projetos, de Srs. Vereadores, que envolvem meio ambiente. As tentativas são muitas, mas, na prática, temos uma dificuldade muito grande em termos conosco os próprios responsáveis por esse assunto.

Cumprimento o nobre Vereador Francisco Chagas, a quem passo a palavra.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento os membros da Comissão de Política Urbana, em particular, o nobre Vereador Chico Macena, pela iniciativa de apresentar, a esta Comissão, um requerimento de audiência pública, a fim de que as autoridades ambientais do Estado e Município pudessem esclarecer, a esta Casa e à população da região Norte, o traçado que está sendo proposto para o Rodoanel.

Serei breve porque, saindo daqui, terei uma audiência, em Brasília, com o Ministro dos Transportes, a pedido da Bancada federal do PT, para que possamos sugerir a S.Exa., o Ministro dos Transportes, que possa discutir e condicionar, visto que essa obra do Rodonal, trecho norte, vai custar quase seis bilhões de reais, de acordo com a proposta inicial. E sabemos que nunca se conclui como começa. E desse montante, dois bilhões seriam do Governo Federal. Uma parte seria do BID e a outra do Governo do Estado. Havíamos realizado uma audiência pública em Parada de Taipas, da qual várias pessoas aqui presentes participaram. Mas, enfim, queremos levar ao Ministro um relatório de análise de resultado dos trechos construídos, as consequências da via de interligação, a Jacu Pêssego, todos dentro do processo de viabilização da ideia do Rodoanel e as consequências obtidas com esse processo de construção do Rodoanel, inclusive naquilo que tange o impacto ambiental, que foi brutal nessas áreas, e impacto social, que também foi exorbitante. O que não queremos é que o trecho norte, que está em processo de discussão... Inclusive, a própria Dersa não apresentou adequadamente, na nossa opinião, todo o desdobramento, plano de reassentamento das populações impactadas. A proposta vai impactar muita gente. Há também o impacto ambiental e as respectivas medidas mitigatórias. E se haveria possibilidade de mudanças no traçado para não causar esse impacto ambiental. Também analisar como ficariam as principais avenidas, como Raimundo Pereira de Magalhães e Inajar de Souza, visto que hoje elas já estão sobrecarregadas. Também avaliar a relação com Guarulhos. Aliás, para lá também irá a

Deputada Federal Janete Pietá e o Deputado Estadual Alencar. É preciso saber como ficará uma obra que impactará bravamente a cidade de Guarulhos, especialmente pelo fato de que passará por cima de reservatórios de águas, na proposta inicial. E isso numa cidade que já sofre demasiadamente com a questão da água. Então levaremos todas essas questões e entregaremos ao Ministro. E lhe faremos uma sugestão, pois como o Governo Federal terá uma participação significativa – quase dois bilhões de reais para a construção dessa obra –, que condicione para que o Governo do Estado de São Paulo e a Dersa possam ouvir a população. Parece-me que, hoje, o Governo do Estado de São Paulo não quer ouvir as entidades civis, não quer ouvir a Câmara de Vereadores. Mesmo em Guarulhos, onde houve audiência pública, e na qual esteve presente o Prefeito de Guarulhos, mas a Dersa sequer chamou o Prefeito para a Mesa. Quer dizer, o mandatário máximo da cidade não foi chamado para discutir. Então queremos, em primeiro lugar, um processo de esclarecimento, de democratização. E também a garantia de que as cidades que estão envolvidas no trecho norte não sejam impactadas gravemente, como estamos supondo, seja em Guarulhos, seja em São Paulo, simplesmente com retirada de famílias, sem compensação, sem plano de reassentamento, e com um impacto ambiental imensurável, tendo em vista as variações observadas nos outros trechos, cujos impactos sociais e ambientais foram grandes. Então quero agradecer o Presidente Paulo Frange, cumprimentar os demais Srs. Vereadores, em especial o nosso companheiro Chico Macena, por esta iniciativa, e dizer que não iremos parar enquanto tudo isso estiver esclarecido e a sociedade civil puder ser ouvida nas tratativas do trecho norte do Rodoanel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Bom dia a todos. Apenas queria deixar registrado que eu estava preocupada com a ausência do Secretário Eduardo Jorge. Ia até fazer um contato para saber o motivo de não ter vindo. E fiquei sabendo há pouco que o Sr. Secretário

não está aqui por falha da nossa assessoria, que errou a data, quando encaminhou o convite. Então foi uma falha da Câmara, não do Governo. Como Líder do Governo Municipal, gostaria de deixar claro que todos os integrantes do Governo estão à disposição da Câmara para debater qualquer tema que a Comissão deliberar. Agora, já está confirmada a presença do Secretário Eduardo Jorge na próxima audiência pública que V.Exa. pedir, e também a pedido do nobre Vereador Francisco Macena. Era isso o que tinha a informar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar a palavra, gostaria de dizer que, no dia 27 de maio, às 11h, neste plenário, será feita outra audiência pública. Todos serão convidados novamente. E aproveito para solicitar ao nobre Vereador Tripoli que acione os membros do Município. Também peço aos representantes do Estado par que não falte a essa reunião. Hoje, vamos adiantar esse processo porque há muito assunto na pauta. Aqueles que desejarem se manifestar podem se inscrever. Tem a palavra o nobre Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Gostaria de cumprimentar todos os Srs. Vereadores, bem como todos que vieram a esta audiência pública, entre elas a população da zona norte. Sr. Presidente, primeiro gostaria de lamentar a ausência do Governo do Estado, que, mais uma vez, vem desrespeitando o Legislativo Municipal. Já houve uma situação semelhante por ocasião da discussão do monotrilha na cidade de São Paulo. E agora a mesma situação se repete no debate do Rodoanel. Trata-se de uma obra que tem 22 km dentro do Município de São Paulo, que provocará forte impacto ambiental e forte impacto de vizinhança, atingindo diretamente o Parque Estadual da Cantareira, que está dentro do Município de São Paulo, e uma reserva da biosfera muito importante, diria fundamental, para a cidade de São Paulo. A obra vai mexer com uma população moradora daquela região. Precisamos dizer para o Governo do Estado que não é possível, não é aceitável, e não vamos permitir que tal obra seja licenciada e executada sem ouvir esta Casa, sem ouvir os moradores, sem ouvir a população

da cidade de São Paulo. Não podemos ficar recebendo informações apenas pela imprensa. E cada vez surge uma notícia nova. Agora, inclusive, a notícia de que será aumentada a área de desapropriação em razão da área ambiental. É uma notícia de jornal que queremos discutir se é verdadeira, se é falsa, e, se isso ocorrerá, em que termos isso se dará. Não podemos aceitar o licenciamento ambiental sem discutir com a Dersa as alternativas reais para essa obra, porque a Câmara Municipal – e fizemos várias vezes esse debate na Comissão de Política Urbana e no Plenário da Casa – não é contra o Rodoanel; pelo contrário. Mas o que queremos é um traçado adequado para essa obra, que gere o menor impacto na Cidade possível, o menor impacto ambiental possível, e que possamos discutir não apenas o traçado mas também os métodos de construção propostos pelo Governo do Estado. Precisamos que a Dersa venha aqui nos apresentar o traçado que ela propõe. E precisamos ouvir também as alternativas de traçado que podem ser executadas para essa obra tão importante não só para a Cidade como para o Estado de São Paulo. Por isso repudio mais uma vez essa ausência do Governo do Estado nesta audiência pública; queria reiterar que faremos, sim, uma nova audiência pública, já marcada para o dia 27 de maio, que será comunicada com a devida antecedência, como esta o foi, para que não haja mais desculpas. Convocaremos também os representantes do Executivo Municipal, porque a Prefeitura não se omitir em relação a uma intervenção dessa envergadura. O Município tem de se manifestar, o Executivo tem de se manifestar, tem de opinar e tem de ser indutor desse debate na cidade de São Paulo, porque afeta a vida da nossa cidade. Então realizaremos essa audiência no dia 27 de maio. E gostaria de cumprimentar o Presidente Paulo Frange, que, de pronto, colocou em votação tanto a audiência que ocorre hoje quanto a próxima, como permite que possamos ouvir a sociedade civil. Se o Governo do Estado não está aqui para ouvir os moradores e a sociedade civil, esta Casa tem obrigação ouvir a sociedade civil. E nós queremos ouvir, inclusive para nos preparar para a audiência pública do dia 03, que ocorrerá no Instituto de Engenharia, e para a próxima audiência pública, no dia 27. E a partir das questões expostas aqui pela sociedade civil

cobraremos o Governo do Estado e a Municipalidade. Então prosseguiremos a nossa audiência, ouvindo representantes da sociedade civil, promovendo o debate entre os moradores da Cidade e a Câmara Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela postura de V.Exa.

P – Obrigado. Vou adiantar, nobre Vereador Chico Macena, que estou começando a ficar preocupado demais com as interferências externas e ocultas à Comissão de Política Urbana. Primeiro, essa confusão de dias; segundo, uma possível manutenção do painel no dia 1º de maio. A audiência será aqui, com ou sem manutenção de equipamento do plenário. Então temos 30 dias para avisar a empresa que vai ser a manutenção. Porque o que vai acontecer é o seguinte: virão mais pessoas, e aí vão nos colocar num plenário que é um terço ou um quinto deste aqui, impossibilitando-nos de acolhê-los. A audiência vai ser aqui. Vou pedir ao Presidente da Casa que nos ajude a realizar a audiência aqui, porque o desejo de não fazer audiência na Casa é muito grande, principalmente no que tange ao Rodoanel. (Palmas) Quero agradecer a presença do Deputado Major Olímpio, sempre presente e atuante; bem como a dos Srs. Vereadores Donato, Juliana Cardoso, Kamia, eterna Sra. Vereadora Lídia Correa, nossa querida Vereadora da zona Norte, e a do Vereador Laurindo, também da zona Norte, sempre conosco. Gostaria de convidar o companheiro Major Olímpio para compor a Mesa. Aos inscritos, por favor, peço que tentemos nos ater aos três minutos reservados a cada um para que todos possam se manifestar. Essa audiência não é a da Dersa, onde a gente vai, fica ouvindo e não pode falar. Aqui nós queremos que vocês falem ao máximo, mas vamos distribuir o tempo de tal forma que cada um de vocês possam desfrutar da oportunidade da palavra para se manifestar à vontade. Tem a palavra o Dr. Carlos Eduardo de Castro Souza. E

O SR. CARLOS EDUARDO CASTRO DE SOUZA - Inicialmente cumprimento o Vereador Paulo Frange, o Vereador Chico Macena e o Vereador Toninho Paiva na pessoa dos quais cumprimento os demais representantes da Câmara Municipal de São Paulo. Juntamente com o engenheiro Mário dos Santos representamos uma das comunidades que vivem no

entorno da Serra da Cantareira. Gostaria de colocar o seguinte: viemos aqui por se tratar de uma audiência pública convocada pela Câmara Municipal de São Paulo abordar um dos aspectos do traçado Norte do Rodoanel e que tem merecido pouco destaque. Acho importante que levemos à consideração da Casa. É o que está lá, o traçado do Rodoanel Norte frente à Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município. É um aspecto bastante relevante e importante. Gostaria de inicialmente lembrar que recebe acento em nossa Constituição Federal o fato do disciplinamento com relação ao uso social da propriedade e também com relação especificamente à proteção do meio ambiente. Em função disso a Lei Federal 10.527 de 2001, conhecido como o Estatuto das Cidades, estabeleceu que a política urbana tem, por objetivo, ordenar o desenvolvimento das funções da sociedade estabelecendo uma das diretrizes fundamentais, que eu chamo bastante atenção, o planejamento do desenvolvimento das cidades de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Isso está no Estatuto da Cidade e lá, no artigo 19, diz que a propriedade urbana só vai atender à sua função social quando atender às exigências fundamentais da Cidade expressas no Plano Diretor assegurando dentre outras necessidades básicas o atendimento dos cidadãos quanto à qualidade de vida.

No artigo 40 – aqui está um problema bastante sério para a Câmara Municipal de São Paulo – diz o seguinte: que o plano diretor aprovado por lei municipal é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Seguindo esse regramento constitucional e federal o município de São Paulo editou a Lei Municipal 13.430 de 2002 que estabelece o plano diretor estratégico do Município. Ele determina em seu artigo 2º que suas disposições vinculam todos os agentes públicos e privados que atuam no Município. Isso é extremamente importante. Neste mesmo plano diretor estratégico do Município nós temos que – está no seu regramento – não só a disciplina do parcelamento do uso e ocupação do solo como também todo o regramento do zoneamento ambiental. A propriedade, então, cumpre a sua função social quando observa não só o requisito do atendimento das necessidades quanto à qualidade

da vida quanto à qualidade e preservação do meio ambiente. Importante ressaltar que o plano diretor não faz nenhuma distinção entre o uso pelo Poder Público ou pelo cidadão. Todos, absolutamente todos devem se submeter às leis vigentes que definem os usos permitidos nas diferentes regiões da metrópole, muito especialmente nas regiões de proteção ambiental. O Estado não pode invocar uma hierarquia sobre o município. Não existe aqui o aforismo de que o Estado tudo pode e que suas normas, seus projetos sejam hierarquicamente superiores aos interesses do município. No artigo 103 da Lei de Diretrizes do Município está muito claro exatamente o que estamos acabando de dizer.

Permito-me citar *ipsis literis* o artigo: “a implantação de qualquer projeto público ou privado deverá na respectiva área considerar a implantação dos elementos estruturadores e integradores envolvidos bem como obedecer às disposições e parâmetros urbanísticos estabelecidos nesta lei e na legislação complementar de uso, parcelamento e ocupação do solo.”

Agora vamos para o Rodoanel: o parágrafo 2º do artigo 160 do plano diretor do Município é enfaticamente claro. A implantação de usos e atividades que acarretem incômodos como a emissão de ruído, vibração, odor, tráfego, poluição do ar ou da água, geração de resíduos sólidos, estacionamento de veículos nas ruas do entorno, geração de tráfego de veículo, risco de explosão, ensolação, alterações e outros será objeto de regulamentação de Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Se vocês quiserem ter a oportunidade de ler o EIA-ARRIMA apresentado juntamente com o projeto do trecho Norte do Rodoanel vão verificar que todos esses impactos que citei que estão no artigo 160 do Plano Diretor do Município estão listados e apontados como possíveis e esperados na construção e operação da rodovia no trecho Norte da Rodovia Mário Covas.

Na realidade, senhores, o que temos de verificar é o seguinte: temos de colocar que esta proposta de traçado apresentada pelo Dersa atinge zonas de proteção ambiental,

dentro da divisão que o plano diretor fez da macrozona de proteção ambiental. Vai passar por cima de usos definidos da legislação como zona especial de proteção, zona especial de proteção ambiental, zona especial de preservação cultural, zona mista de proteção ambiental, zona de preservação e desenvolvimento sustentável, zona de lazer e turismo. Todos esses zoneamentos têm usos definidos e especificados no plano diretor do município. Mas o traçado projeto viadutos na Várzea do Carmo, incluindo a utilização da área como depósito de material excedente, bota-fora em local definido como zoneamento de proteção integral. O traçado também passa – e isso foi reportagem de jornal colocado até pelo Secretário Eduardo Jorge – por oito parques, incluídos no programa denominado Parques Bordas da Cantareira.

Senhores, isso tudo nos leva a uma consideração bastante importante: não admitirmos que o Estado se omita. Na realidade, no âmbito Municipal, o projeto que foi apresentado pelo Dersa deveria necessariamente ser encaminhado à Secretaria Municipal de Planejamento para verificação de sua conformidade com o arcabouço legal citado, ou seja, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, através da comissão técnica de legislação urbana envolvendo todos os demais órgãos de administração devido ao traçado interferir até mesmo em patrimônio tombado na área ambiental e do patrimônio cultural.

Na discordância da legislação, como é o caso, devem necessariamente ser adotados os mecanismos previstos para alteração da Lei do Zoneamento, conforme procedimento previsto na própria Lei de Zoneamento.

Então, na realidade, não se pode levar esse processo a licenciamento sem que se altere, na forma com que está projetado, a Lei de Zoneamento. Para isso existe rigorosamente todo um procedimento legal previsto na própria lei que vai desde ouvir esses departamentos públicos como também as audiências públicas do município que deverão, naturalmente, não só consultar a população mas permitir que a população tenha condições de debater e decidir sobre se quer ou não a alteração das suas zonas já definidas por lei.

Precisamos entender – e é um aspecto muito objetivo – é que a lei não vem apenas

dizer isso de forma especificamente simples – Ah, deve se fazer isso! -. Não, é obrigatório. Chamo a atenção de todos de que a Lei Federal do Estatuto da Terra prevê em seu artigo 52 a responsabilização do Prefeito por crime de improbidade administrativa caso deixem de implementar os mecanismos de participação popular na elaboração de propostas que resultem em revisão ou alteração da Lei de Zoneamento.

Então, é preciso que o Poder Público Municipal se manifeste urgente e prontamente com relação a esses aspectos.

Peço que vocês verifiquem todas as discordâncias do trecho Norte do traçado Rodoanel com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo que será mostrada para vocês nesta exibição áudio-visual. Muito obrigado.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Dr. Carlos Eduardo. Chamo o engenheiro Mário dos Santos da Universidade de Guarulhos.

O SR. MÁRIO DOS SANTOS – Sou também morador da região. Bom dia. Obrigado pela oportunidade. Além de demonstrar no trecho legal as incompatibilidades entre a proposta e a lei vigente no Município destacamos visualmente para que os senhores possam verificar as incompatibilidades.

A Cidade foi dividida, basicamente, em duas áreas. A macrozona de proteção ambiental e a macrozona de estruturação urbana. Essa preocupação e a tamanha restrição existente na macrozona de proteção ambiental é reflexo do processo de urbanização que tivemos na Cidade e os efeitos sobre o clima. Os projetos de lei dos Vereadores vão na direção de tentar recuperar essas regiões degradadas.

O traçado do Rodoanel ocorre todo dentro da macrozona de proteção ambiental. Aqui estamos vendo o Plano Diretor Regional Estratégico da Subprefeitura de Santana. Ele passa dentro das zonas de amortecimento e no interior do próprio Parque da Cantareira. Dentro da zona considerada de proteção integral da região que é definida no Plano Regional Estratégico invade a Várzea do Guaraú, com viadutos em zona que o Município só permite

usos de manejo sustentável e temporários.

Outra definição do plano diretor é com relação à definição da participação da população, a definição urbana e viária de cada região através de seu Plano de Rede Viária Estrutural. Aqui vemos que no de Perus está a previsão do Rodoanel, sem definição de onde segue. Então, discutir com a população e definir exatamente onde vai passar é tema previsto para audiências públicas e todos os mecanismos de participação popular.

Área permeável. O zoneamento define os limites de impermeabilidade do solo de cada região. Aqui a região da Subprefeitura Freguesia do Ó que é atravessada pelo traçado basicamente nessa zona chamada Zepam.

Pelo quadro de uso e ocupação do solo, no terceiro de baixo para cima, podemos ver o uso definido por Zepam que estabelece, no mínimo, 90% da área como permeável. Então, se a faixa de domínio desapropriada pelo Dersa tem 130 metros, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo só poderiam ser impermeabilizados 13 metros, enquanto é previsto até 54 metros de impermeabilização nessas áreas.

Há uma lei do Município de São Paulo quanto à exigência do georreferenciamento das plantas das unidades públicas para motivo de projeto ou alteração. Na planta apresentada no EIA, existe uma pedreira dentro dos limites do Parque Estadual da Cantareira. Aqui mostra outro limite em que ele está errado na planta. Esse loteamento está parcialmente dentro da planta e pelo decreto de parques lineares, onde se vê escrito “Limite da Cantareira”, aquele loteamento está dentro do Horto Florestal, dentro da macrozona de proteção ambiental.

Então, não existe uma planta correta com relação aos limites dessas áreas com relação aos estudos apresentados. E entre os documentos existentes do Município e do Estado, uma informação não condiz com a outra. E é direito da população ter essas zonas devidamente levantadas e georreferenciadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo.

O impacto na vegetação tem um milhão de metros quadrados de mata nativa. Pelo

Código Florestal em seu artigo 9º, todas as áreas nativas de proteção, vizinhas à unidade de conservação, tem a mesma restrição de uso com relação ao próprio parque. O total de impacto é mais de quatro milhões de metros quadrados. É o dobro da área do Parque do Ibirapuera.

Então, numa zona definida como macrozona de proteção ambiental, o próprio Estado está levando uma atividade degradante e poluente para a zona que ele próprio definiu como de preservação. Nesse valor de área impactada, não está o depósito de material excedente, que são os bota-foras e as instalações provisórias, como canteiros de obras. Então, esse número ainda pode subir.

O Município decretou os parques de borda da Cantareira. É bom ressaltar, porque o problema da moradia também está afetado. Existem moradores dentro dessas áreas e elas, pela própria orientação da Câmara Municipal em debate, não poderiam ser usadas nem mesmo para Habitação de Interesse Social, devido ao caráter de preservação definido na lei. Esses parques estão sendo atravessados pela proposta de traçado, são diversos deles.

Chamamos a atenção para o Parque do Bispo, que vai ter viadutos. Então, no meio do parque, teremos uma situação como essa e o Plano Diretor proíbe usos incompatíveis em suas zonas de utilização. Então, qual é o sentido de utilizar um parque para depois colocar um viaduto em seu interior.

Continuando esse assunto de usos incompatíveis, o Código Civil e o Plano Diretor estabelecem distâncias mínimas entre usos incompatíveis. Para ilustrar, no emboque do Túnel 4 tem uma residência a 20 metros da embocadura e, segundo o representante do Dersa em audiência pública, isso é uma situação factível e aceitável.

Outro impacto sério para a região Norte é a implantação do Rodoanel que vai demandar a construção de barreiras acústicas devido ao grande número de residências ao redor da obra. Esta foto foi tirada da barreira acústica que foi construída no trecho Oeste do Rodoanel, oito anos após a operação e somente com demanda judicial.

O Plano Regional Estratégico da Prefeitura de Perus diz claramente que entre suas

prioridades estava fazer gestões junto à Dersa para construir as barreiras acústicas nas unidades de conservação integral e para as populações impactadas.

No quilômetro 12, onde se encontram essas barreiras, 500 metros antes dela há uma escola e uma comunidade que não foi feito o mesmo tratamento e vêm as incompatibilidades entre as soluções. Uma vez construída quem tem vista para o parque estadual da Cantareira, vai passar a ver isto, vai ver o muro florestal. Então o visual que as pessoas hoje desfrutam da unidade de conservação vai ser bloqueado por um muro para evitar os efeitos mais danosos, tanto a fauna do Parque Estadual da Cantareira, quanto às populações.

Esse é outro dado que é previsto no plano diretor e no plano ambiental estratégico para licitação da obra, que é o crescimento e a ordenação da região metropolitana de São Paulo. Esse é o mapa do IMPE, com a previsão de crescimento do que ocorreu em São Paulo de 2001 a 2008 e a previsão para daqui 20 anos, que é dobrar a região metropolitana de São Paulo. Dentro dessa perspectiva vai ser acelerado com a construção do Rodoanel, todos esses impactos indiretos como a ocupação dos municípios que têm os reservatórios de água de São Paulo estão, pela previsão, totalmente ocupados e isso vai acabar repetindo o problema que aconteceu na zona Sul em Guarapiranga e na Billings.

Essas são as ausências do plano metropolitano, do transporte metropolitano, são questões do Plano Diretor porque o ele estabelece que uma das prioridades do espraiamento urbano é levar os centros produtivos para fora do Rodoanel, só que mantendo as populações habitando nas mesmas regiões que habitam hoje. Esses planejamentos e essas previsões de deslocamento e de manutenção das populações não estão descritos e nem dizem como vão ser feitas. E a assistência às populações atingidas, o Plano Diretor estabelece dentro dos direitos individuais o direito à assistência jurídica às populações atingidas, especialmente, a prioridade de instalação das populações nas mesmas localidades onde anteriormente habitavam e não existe nenhuma previsão com relação a onde essas populações vão ser

realocadas. Aí é uma foto que já está acontecendo no Rodoanel. A indução ao transporte individual é uma diretriz contrária ao que prega o Plano Diretor, que é o plano de transporte de massa e não o transporte individual, e ressalto a incapacidade do Estado de promover transporte individual de qualidade. Não temos condições de partir para essa solução porque não vamos conseguir colocar em prática essa estrutura de vias adequadas em número suficiente para que toda a população se locomova para o trabalho, no seu dia a dia e no transporte individual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quero agradecer a presença da Sra. Anairantes Rodrigues, defensora pública; Onório Souza, assessor do Deputado Estadual Alencar Santana, Carlos de Campos, da ONG Ação e Cidadania para o Planeta 21, Oséia Gusmão, da ONG Projeto Gusmão, Sonia Barbosa, Diretora da Regional de Pirituba, José Laurindo de Oliveira, Deputado Estadual, Gerson Bittencout.

Tem a palavra Antonio Manoel dos Santos.

O SR. ANTONIO MANOEL DOS SANTOS – Bom dia a todos. Agradeço aos Srs. Vereadores, a Câmara Municipal de São Paulo e, especialmente, ao Vereador Chico Macena pela oportunidade de trazer aqui alguns argumentos contrários ao Rodoanel. Nem precisaria, porque bastaria 10% daquilo que foi colocado pelos que me antecederam que é suficiente para interromper o processo do EIA/RIMA e refazê-lo, mas vou acrescentar.

A questão ambiental demanda várias soluções e vou apresentar uma solução e um problema entre vários. O problema é o Rodoanel. Dedico esta apresentação ao professor José Setzer e à Vera Lúcia da Silva Braga. O professor nos anos 40 fez o mapeamento dos solos em toda a região metropolitana no sentido de agregar valor no uso agrícola para fazer frente à expansão urbana e, ele mesmo, naquela época verificou que era impossível combater o preço do metro quadrado com o preço do alqueire. Temos que agregar o valor necessário ao bem-estar social daqueles que aqui moram de outra forma. Há a Vera Lúcia, que durante os anos 80 e 90 capitaneou e liderou o movimento popular em que angariou 150 mil assinaturas contra a

via perimetral norte, antiga denominação do Rodoanel, trecho Norte. O que foi aceito pelo Ibama na ocasião, paralisando ou interrompendo os estudos daquele traçado. Esse movimento foi capaz de reunir os esforços necessários para a apresentação à Unesco da proposta da reserva da Biosfera, do cinturão verde de São Paulo, criado em 1994. Ela dizia que defender a natureza, defender o ser humano, ambos se completam de forma harmônica e indissociável.

Sabemos que a expansão urbana da metrópole é inexorável, na direção dos mananciais, ocupando tudo e reduzindo a cobertura florestal a áreas sem os serviços que elas prestam, praticamente, colocando nessa periferia em expansão, pessoas de menor poder aquisitivo com construções precárias, unindo aquilo que nós vemos em todo o perímetro da região metropolitana. Pobreza, degradação ambiental, criação de áreas de risco. Por que continuar assim? Por que adiar um futuro melhor para aqueles que aqui moram? Ocupando espaços cada vez mais inadequados geologicamente, a expansão urbana. Porque é claro que todos os núcleos urbanos como São Paulo, Guarulhos, Santo André e São Bernardo nasceram em áreas mais favoráveis à ocupação. E nós, sem mudar a cultura, embora existam leis como o Estatuto da Cidade continuamos na mesma prática o que vai intensificando todos os problemas que vemos.

Não somos capazes de equilibrar a nossa ocupação da natureza, o que vimos são alambrados, cercas, cercando parques, como o Parque Estadual da Cantareira, de um lado e a ocupação urbana do outro, onde tudo se pode fazer. É oito ou oitenta. Quando é que nós vamos fazer quarenta? Sem piscinões, com maior harmonia com a natureza, quando seremos capazes? Essa é a questão dessa grande metrópole. Uma metrópole que cresce dessa forma inexorável que desde os anos 40 preocupava o José Setzer. Quantos anos se passaram senhores? Somos incapazes de resguardar os serviços ambientais para o bem-estar humano?

O serviço de provisão, regulação cultural, fundamentados no serviço de suporte de sustentação, que é a própria dinâmica do sistema e nos dá o que ele nos dá? Nos dá água, como exemplo, principal do serviço de provisão.

O serviço de regulação ameniza as temperaturas e sabemos dos nossos problemas. A melhoria da qualidade do ar, a purificação da água, a atenuação do escoamento superficial, portanto, a erosão, o assoreamento, enchentes, não aguentamos mais senhores. As inundações, aqui no Tietê, ou não acham que é essa ocupação inexorável na periferia que está provocando isso? Estamos trabalhando a juzante na calha, não estamos trabalhando na bacia, e vem o Rodoanel ainda por cima. É tripudiar.

E os serviços culturais não menos importantes? Educação ambiental, conhecimento, recreação, valores religiosos, espirituais, saúde mental. Os postos estão cheios de pessoas impactadas com tudo isso que está acontecendo em São Paulo. Qual é o custo dos postos de saúde?

As reservas da biosfera foram criadas no mundo todo para que a humanidade, encontrando desafios possam equacioná-los. São mais de 500 reservas em 100 países no programa homem-biosfera da Unesco. No Brasil são sete, onde se destaca a reserva da biosfera do cinturão verde de São Paulo, criado em 1994. A reserva da biosfera com 78 municípios abriga 23 milhões de pessoas, 20% do PIB do Brasil. Qual é a contrapartida que nos oferece a natureza para tanto esforço econômico? Para tanta labuta, tanto trabalho do paulistano?

Recentemente a ONU acabou a avaliação global da reserva da biosfera e o nosso comportamento é semelhante. Nos últimos 50 anos houve perdas irreversíveis de biodiversidade. Houve, é claro, desenvolvimento econômico e bem-estar, mas para alguns, também houve degradação e serviços ambientais e a intensificação da pobreza de outros. A degradação constitui barreira para as metas da ONU de eliminação de pobreza e desenvolvimento sustentável e, finalmente, a razão pela qual nós nos encontramos aqui: a necessidade urgente de mudanças significativas nas políticas, instituições e práticas de desenvolvimento.

- Orador passa a referir-se às imagens em tela.

O SR. ANTONIO MANOEL DOS SANTOS – Qual é a essa distribuição de serviços ambientais na nossa reserva? Uso do solo, destaque em mancha vermelha as áreas urbanas, em volta, o verde. Eles são bem expressos no mapa termal, vemos a ilha de calor, cuja temperatura atinge, no centro, 38 graus nesses materiais de pavimentos, asfaltos, etc, sendo mais confortável nos azuis de 19 graus. A imagem é criada por satélite e interpretada assim.

Vemos a barra mais alta aos 24 graus, do lado direito, as temperaturas mais elevadas crescentes, do lado esquerdo as amenas, por perda dos serviços ambientais decrescentes. Sabemos que a ilha de calor resulta das alterações da radiação térmica da superfície, da perda da vegetação que leva à alteração do clima urbano, do microclima do homem. Alteração do escoamento das chuvas, etc. Riscos e acidentes geohidrológicos, que sabemos que há todo verão e problemas de saúde.

No entanto, somos bombardeados pela mídia por impactos ambientais de mudanças climáticas globais e elas não são nada, senhores. Em 100 anos é de 0,7. Em São Paulo onde está a garoa da esquina da Ipiranga com a São João de 1954? Transformou-se sabe no quê? Em São Paulo da lagoa, um clima mais quente: 2,1, em 70 anos. Três vezes menos úmido, com mais chuva, quase 50% de chuvas a mais, mais tempestades. É isso que nós não estamos resolvendo. Em Guarulhos, trago essa experiência da criação da APA Cabuçu-Tanque Grande. Por que ela é importante? Porque reforça o Estatuto da Cidade que fala da participação popular. O conselho gestor tem necessariamente a participação da comunidade no zelo, na melhoria, na adequação do uso do solo e é fundamentada no conhecimento do zoneamento ecológico. Isso foi criado, no dia 26 de dezembro do ano passado foi aprovada a lei e esta semana terminam as inscrições para a constituição do conselho gestor da APA.

Entretanto, lá vem a Dersa, com seu trecho norte, passando justamente no ponto de fronteira, como se não fôssemos capazes de equacionar isso. Passando no alambrado do parque com a Cidade, interceptando a ilha de calor, o frescor que poderia vir da Cantareira,

interceptando os recursos hídricos, trazendo uma situação extremamente adversa para as comunidades, cujos (palavra inaudível) serão cortados ao meio a partir de uma concepção aqui declarada no RIMA, que é a concepção do corte de aterro a céu aberto. Tais aspectos evidenciam essa alternativa como a mais vantajosa. Claro, porque o relevo é menos acentuado, o relevo sendo menos acentuado a escolha da Dersa recaiu para essa alternativa porque ela não escolheu túneis, mas se ela escolhe túneis a alternativa seria ao norte, onde o relevo é mais propício. No entanto, tem nos túneis soluções corajosas para desafios complexos.

Vejamos o que diz o professor Dr. Tarcísio Celestino, do comitê brasileiro de túneis, nas obras de superfície, que são essas, que foram analisadas, prevalecem a visão a curto prazo e a conta malfeita da relação custo/benefício de gestões imediatistas e técnicos desinformados, por outro lado, no mundo a obra subterrânea é vista unanimemente como amiga da natureza por preservar a vegetação, deixar intactos os mananciais, não interferindo na fauna e não ferindo a paisagem urbana. Sabemos do metrô, por exemplo.

A questão da consistência do EIA/RIMA. Ele altera o projeto após a escolha do traçado. Escolheu a céu aberto que a alternativa melhor seria essa que estamos analisando, mas se a obra fosse preferencialmente subterrânea, o traçado seria outro, provavelmente, ao norte, ou até teria de ser examinada a alternativa zero com o uso da Dom Pedro II, por que não? Por que não usam o modelo Imigrantes da Dez? Enfim, há falta de consistência do EIA/RIMA porque é conduzido por regras muito bem estabelecidas. O empreendimento não pode mudar no meio e mudou. Há também inconsistência do EIA/RIMA porque não considera a RBCV, tão importante para a metrópole. Qual é efetivamente o balanço de benefício para o bem estar humano? Quantos mananciais estão sendo perdidos? Quanto haverá de produção de sedimentos para vir para a calha do Tietê e trazer mais enchentes e, finalmente, quero destacar um impacto ético-ambiental para mostrar o desprezo, a negligência de um traçado que passa longitudinalmente na APA Cabuçu-Tanque Grande. Por que é ético-ambiental?

Porque coloca um sonho em risco, um sonho de crescimento da comunidade que nos ensinaria a conviver com a natureza. Ela é que está sob um impacto ético-ambiental irreversível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço a presença do Deputado Adriano Diogo.

Tem a palavra a Sra. Cristina Navarro.

A SRA. CRISTINA NAVARRO – Bom dia a todos. Estou aqui como moradora da zona Norte e representante da Soli Associação Unidos na Luta pela Igualdade, que tem sede lá no bairro do Mandaqui.

Queria iniciar dizendo da importância dessa audiência pública, porque todos sabem o grande impacto ambiental e humano que representa na Cidade essa obra. A Câmara Municipal não poderia estar de fora dessa discussão. Lastimamos não ver aqui representantes da Prefeitura. Achamos que, em relação a uma obra desse porte, A Prefeitura não poderia estar ausente.

De qualquer forma, gostaria de colocar algumas das preocupações que nós, moradores da zona Norte, temos em relação a essa obra. Primeiro, ao próprio trecho Norte do Rodoanel. Questionamos a necessidade desse trecho Norte. Por quê? Porque sabemos que existem outras alternativas, como, por exemplo, a Dom Pedro, como já foi colocado aqui.

A segunda preocupação é a descaracterização do próprio Rodoanel. Pela proposta do Governo do Estado, o Rodoanel estaria ligado a duas avenidas: Raimundo Pereira de Magalhães e Inajar de Souza. Na nossa consideração, essa obra descaracteriza. Não seria o Rodoanel, seria uma marginal, ou sei lá o quê. Como moradora, não sei como chamar isso. Não sou técnica.

Fizemos algumas vistorias pelo trecho Norte. Fomos ao local ver onde passa o trecho pela nossa região, e ficamos absolutamente espantados, porque passa em áreas de proteção permanente, em áreas de reserva ambiental, passa pela Serra da Cantareira, que,

todos nós sabemos, foi tombada pelo Unesco como Patrimônio da Humanidade. Ficamos abismados com isso.

Outra ponto em relação à Serra da Cantareira foi colocado aqui pelo especialista, a questão das águas. Se 60% da água que serve São Paulo/Grande São Paulo vêm da Cantareira, o que representa, Srs. Parlamentares, no futuro, esse impacto? Se, por exemplo, um caminho com produto químico tombar dos viadutos que serão construídos, o que acontecerá? Vai contaminar a água servida para a população?

Então, como moradores, estamos cheios de indagações sobre essa obra. Na verdade, nós a vemos como pesadelo para a população.

Gostaria de terminar falando do ponto de vista do impacto humano. Está prevista a derrubada de uma escola na nossa região, a Escola Hélio Franco, o que é inadmissível na nossa visão. Outra questão: há as desapropriações previstas no projeto do Rodoanel só para quem tem escritura. Eles desconsideram as áreas de ocupação. Só para vocês terem uma ideia, na região do Peri há 1.500 famílias que moram em áreas de ocupação e estão sendo desconsideradas pelo pessoal do Rodoanel e do Estado.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fernando Sálvio, da Associação Vila Bioparque, da Vila Ema.

O SR. FERNANDO SÁLVIO – Meu nome é Fernando, venho da Vila Prudente. Na verdade, ficamos no sudeste de São Paulo, mas como todos que estão aqui também sou afetado, de alguma forma, por isso.

Por todos os dados já mostrados, não temos nem o que discutir. Além de tudo isso que foi falado, a ausência da Dersa, do Sr. Bruno Covas é até justificável, porque eles iriam apanha aqui. Ninguém quer essa obra, e está mais do que provado que não é um projeto bom para as pessoas.

Então, quero agradecer à Dersa, ao Governo Estadual e a essas pessoas todas as

doenças respiratórias, a morte dos animais da região, como macacos, bugios, borboletas, morcegos, além das árvores. E ainda temos as pessoas que serão desapropriadas por conta dessa obra. Depois de tudo isso, não é possível que alguém fale: “Vamos continuar”. É um absurdo.

Eu proponho que não se faça o Rodoanel, mas sim um “anel verde”. Destruam o Rodoanel e plantem árvores no lugar, pois isso é mais do que necessário para São Paulo. Não são mais necessárias mais vias, mais estradas, porque o trânsito só vai aumentar. Quanto mais estradas, mais carros, mais caminhões. Vamos plantar árvore em volta de São Paulo em vez de fazer uma obra dessa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Miguel Gomes Lima, Cades, Pirituba/Jaraguá.

O SR. MIGUEL GOMES LIMA – Bom dia, pessoal. Sou do Cades PJ, de Pirituba, Conselho do Verde e do Meio Ambiente. O trecho Norte do Rodoanel pegará uma boa parte dentro de Pirituba, e isso não é do conhecimento da Subprefeitura de Pirituba. Estão pouco se lixando para o que vai acontecer.

Agora, é uma pena que venha um Vereador aqui defender o Secretário Eduardo Jorge no seu discurso. Vergonhosamente, fugiu. Deveria estar na Mesa como os outros. Se esta é a Casa das Leis, do Município, queria fazer uma cobrança aos Srs. Vereadores. Quero lembrar aos que estão presentes, e que se faça essa cobrança aos ausentes: se esta é a Casa das Leis, por que se atropela tanto a lei?

Quando nós, cidadãos comuns, infringimos a lei, o que nos acontece? A punição. Então, queremos a punição. Se os senhores, os 55 da Casa - e aqui temos menos de 1/3 desses vereadores – estão do lado do povo, onde se escondem os outros? Essa é a hora de estar ao lado do povo. Vamos punir os culpados. Onde está o Prefeito da Cidade, que está atropelando o Plano Diretor? O Plano Diretor foi feito, votado e aprovado por esta Casa. Onde

estão os demais Vereadores que não aparecem aqui?

O mesmo recado vai para a Assembleia. Quem é maior? A Assembleia ou o Governo? Quem é maior? O povo ou o Governo? Governo passa, são quatro anos. A desgraça que deixa na vida do povo é por anos e anos. Quem pega o trecho Oeste aqui, vê, todos os dias, como foi mostrado, trânsito e acidente.

Então, é isso que estão trazendo para a população. Os senhores que foram eleitos pelo voto dessas pessoas, e de outras, vão defendê-las dessa forma? Queremos separar o joio do trigo. Queremos saber quem está a favor ou contra o povo. Eduardo Jorge e o Sr. Bruno Covas estão promovendo as grandes mansões na Serra da Cantareira.

Depois que o Sr. Eduardo Jorge assumiu a Secretaria, a Serra da Cantareira virou habitação de várias mansões. Por que não vai pelo trecho Norte? Porque vai atingir as mansões. E o trecho Sul atingirá Taipas, Jardim Corisco e toda essa região.

Então, quero saber se essas duas casas cumprirão a lei ou protegerão os que vivem atropelando a lei? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Apenas para fazer justiça, o líder do Governo, Vereador Tripoli, entrou em contato pessoalmente com o Secretário Eduardo Jorge. O Sr. Secretário havia recebido um convite com a data de 27 de maio e estará conosco nesta data. Houve um erro na assessoria ao convidá-lo. Mas, com certeza, estará conosco e é importante podermos fazer os questionamentos.

Com relação à ausência de alguns Vereadores, neste momento há outras Comissões em que os mesmos estão participando e não há como comparecerem conjuntamente. Mas os membros da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e os demais Vereadores da Comissão estão presentes, inclusive há a presença do representante da Assembleia Legislativa de São Paulo. Portanto, há uma representação relativamente grande, Miguel. Às vezes, não é possível estarmos todos juntos.

Na audiência do dia 27 com certeza estaremos com um número maior de pessoas.

É preciso – como você disse – tratar esse assunto de forma a criar a cultura de buscar defender essa região. Pessoas que nem mesmo possuem atividade política na zona Norte têm comparecido para discutir esse assunto que envolve a cidade de São Paulo e envolve a nossa água, como foi muito bem. Daqui a pouco vamos ficar sem a nossa água.

Tem a palavra o Deputado Major Olímpio. Em seguida, retornaremos aos inscritos.

O SR. MAJOR OLÍMPIO – Meu caro Vereador Paulo Frange que preside esta comissão; Srs. Vereadores desta Casa; meu amigo ex-Vereador desta Casa e um dos maiores lutadores na Assembleia Legislativa de São Paulo Adriano Diogo; cidadãos presentes para manifestar o seu posicionamento e ter uma expectativa de discutir de forma madura e democrática o que é melhor para a sociedade e muitas vezes se frustram.

Digo a vocês que vejo com uma expectativa muito grande na atuação da Câmara Municipal de São Paulo. Vejo a Comissão composta por Vereadores de vários partidos e aqui presentes para discutir e dar o seu aval ao processo democrático da audiência pública.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo há duas semanas houve uma audiência, inclusive o nobre Vereador Ushitaro Kamia estava presente, pois é morador da zona Norte de São Paulo.

E as pessoas que lá estavam puderam perceber de igual forma que a estratégia autoritária, antidemocrática, antissocial, antiambientalista do Governo do Estado se mostra na sua forma de desconsiderar o posicionamento da população. Afinal, o Governador já foi votado, seus Deputados já foram votados e este ano não é eleitoral. Então, que se dane o posicionamento. E o Governo de São Paulo está tentando dizer que é uma mera briga político-partidária. Ora, isso é coisa do PT, do PC do B, do PSOL, do Major Olímpio na Assembleia Legislativa.

Tivemos oportunidade hoje de ter a riqueza de exposições técnicas fundamentadas que nos dão mais do que sustentação para discutir até o limite do que for possível dentro da democracia e dentro da legalidade. Ilegalidade, como foi dito, tem sido feita por esse rolo

compressor. Hoje a Câmara Municipal nos está proporcionando a condição de voltarmos para casa, para nosso ambiente e para a nossa comunidade, dizer para os meios de comunicação em todos os níveis que a nossa luta não é uma luta político partidária, não estamos preocupados com as próximas eleições. Estamos preocupados com as próximas gerações. Não estamos preocupados hoje em ser situação ou oposição. Aliás, é covarde o posicionamento daqueles que ficam sentados em um gabinete e simplesmente dizem: vamos fazer assim porque queremos. Os representantes do Dersa, Secretaria de Transportes, Secretaria de Meio Ambiente do Estado não se fizeram presentes na Assembleia Legislativa também. Nem por isso estão conseguindo nos quedar. Tenho certeza de que vou embora hoje muito mais animado. A exposição que foi feita sobre o plano diretor da Cidade e a condição e sustentação que tem e a obrigação que tem a Prefeitura e a Câmara Municipal de fazer cumprir esse plano diretor me dá uma certeza inequívoca de que a luta não será em vão. E não será tão fácil como tem expectativa hoje o Governo. “olha, vamos fazer umas cinco ou seis audiências públicas, deixa rolar, a gente não comparece e vamos fazer o que a gente quer.” É esse o posicionamento de hoje do Governo. A população quando quer a luta muda a lei e vamos mudar na luta. Vamos continuar cada vez mais fortes, mais mobilizados. Não veio aqui o deputado, veio o cidadão da zona Norte que mora há 34 anos em São Paulo. Saí garoto do interior e a zona Norte me acolheu para a vida onde tenho mulher e filhos e em função da dignidade de minha família, das pessoas, do cidadão é que vamos continuar lutando. Parabéns Frange e à Câmara Municipal e vereadores que estão dando uma demonstração de grandeza. Partidos de todas as áreas, de todas as correntes, oposição e situação, diferentemente da Assembleia Legislativa em que os deputados da situação – e são 66 em 94 – se escondem nos porões. Aí não estão em comissões. Se escondem nos porões. Não querem debater porque não têm argumentação. A única argumentação que têm é estarem prostrados para cumprir ordem do Palácio dos Bandeirantes, diferentemente do que vi na Câmara Municipal. Que Deus nos proteja, tenham toda a força e vamos nos mobilizar. O Rodoanel nesse traçado não vai sair

nunca! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Major Olímpio, vamos ouvir Tércio Torres. Não está presente. Vamos ouvir a nossa querida Lídia Correia da Federação das Mulheres Paulistas. Antes de começar, Lídia, é um prazer enorme vê-la nesta tribuna outra vez. Faço essa manifestação em nome de todos os presentes.

A SRA. LÍDIA CORREA- Eu quero cumprimentar o nobre Vereador Paulo Frange e toda a Câmara pela iniciativa dessa audiência pública, e chamar para a Câmara esse debate sobre essa obra, que é muito importante para a nossa Cidade, não só para a zona Norte.

As colocações feitas anteriormente já deixaram isso bastante claro. Quero cumprimentá-los por isso. É uma responsabilidade grande do município, é melhor prevenir do que remediar. É melhor que nos previnamos sobre essa obra para que depois não sofrermos os impactos que, com certeza, do jeito que está previsto, ela trará para a Cidade de São Paulo.

Quero cumprimentar os Deputados presentes, como Adriano Diogo, e os demais que participam dessa audiência pública e têm acompanhado já diversas outras, não por iniciativa do Governo do Estado nem pela Dersa, mas do Legislativo e de entidades da região.

Tenho participado das audiências públicas, desde a primeira, e até agora não ouvi nenhum argumento consistente, sólido, da defesa desse traçado. Pelo contrário, quanto mais o tempo passa, mais argumentos, mais dados são apresentados contrários a ele.

Tenho colocado, desde a primeira audiência, que essa história do Rodoanel já vem sendo discutida há muitos anos. Inicialmente essa obra era prevista para ser depois da Serra, ou seja, mais ao norte. Depois, discutiu-se ser por dentro da Serra, mais para os túneis. No entanto, ano passado, foi apresentado esse estudo com o traçado na área mais urbanizada da zona Norte, ao pé da Serra. Todo mundo que conhece a região sabe que essa área está totalmente urbanizada. Tem avenidas, milhares de moradias próximas ao local previsto para essa obra.

Eles apresentam esse traçado dizendo que era para inibir a ocupação da Serra,

quando nós sabemos que uma obra como essa só atrai mais ocupação, como já vem acontecendo nos traçados de outras regiões.

Então, longe de afastar a ocupação, essa obra vai atrair mais. Essa área já está totalmente ocupada, e todo mundo sabe disso. A Avenida Raimundo Pereira de Magalhães já está saturada hoje. Se for uma via de acesso ao Rodoanel, será muito pior. Na Avenida Cantilho Sampaio o trânsito é insuportável. Se estiver próxima ao Rodoanel, atrairá muito mais trânsito. Além disso, essa obra passará em parques estaduais, que deveriam ser preservados e defendidos e não sendo alvos dessa obra.

Enfim, temos de discutir, porque uma obra como essa tem de ser feita com planejamento. Não pode mais ser como essas ocupações que depois só trazem transtornos. Alguns trechos já têm anos, e só hoje estão sendo feitas algumas obras para, como eles chamaram, mitigar os efeitos do trecho do Rodoanel.

Acho que eles estão pensando: “Vamos fazendo a obra, vamos empurrando o povo que mora nessa área para outras. Vamos “favelizar” outras áreas, vamos levar o povo para condições ainda mais precárias de moradia”. Para esse trecho de 22 quilômetros – não é uma obra qualquer, vai ligar duas regiões grandes da nossa cidade, Guarulhos e a zona Oeste – eles apresentam apenas 1.400 moradias a serem desapropriadas. Ou seja, devem ser 1.400 moradias totalmente regulares, mas nessa região temos um número estimado – ainda não há um estudo concreto – de cerca de 20 mil moradias nessa região.

Só em Taipas deve ter cinco mil moradias, ou mais. No Jardim Paraná idem, de cinco a dez mil moradias que vão ser afetadas e não tem nenhum trabalho, nenhum estudo para transferir o povo dessa região para tais conjuntos habitacionais. Não. Devem estar querendo fazer como fazem em outras obras: vão fazendo, o povo vai saindo, vai indo para outros lugares mais precários, mais longínquos. Vão tocando assim a um custo mínimo, e não fazem uma obra de fato, com planejamento.

Hoje a sociedade tem condições, tem técnica, tem tecnologia para fazer uma obra

com muito mais planejamento, se houver efetiva preocupação com o bem estar da população, com uma obra que beneficie a população, não apenas em tocar uma obra para beneficiar algum setor. Essa é uma preocupação que tem crescido na região e que a gente deve debater, para que a Câmara puxe essa discussão, para que sente com órgãos técnicos, para de fato estudar e fazer uma obra séria, como é necessário nesse caso, uma obra complexa.

Não podemos mais conviver com esse tipo de ação sem planejamento, sem cuidado com as pessoas que moram e com os impactos na região e na Cidade, como uma obra como essa vai causar. Essa é a discussão que trazemos, que cobramos, que esperamos e vamos trabalhar para que de fato aconteça. Dia 3 tem uma nova audiência chamada pela Dersa, no Instituto de Engenharia. Acho que a gente deve ir e colocar que deve ser feito um estudo sério da situação, do caso, de como as pessoas vão ser atingidas, para que a Cidade possa ser de fato beneficiada e não prejudicada com o que eu acho que vai acontecer.

(Palmas)

O SR. PRESIDETNE (Paulo Frange) – Obrigado. Pérsio Torres.

O SR. PÉRSIO TORRES – Bom dia, senhoras e senhores. Meu nome é Pérsio Torres. Faço parte do grupo de pessoas que quer preservar a Serra da Cantareira, que quer uma revitalização e a proteção da Serra da Cantareira. Nosso primeiro alimento é o ar, o nosso segundo alimento é a água, então devemos preservar isso. Para aumentar a malha metroviária, para criar ciclovias, para organizar o sistema de atendimento dos ônibus, dizemos “não” à face norte do rodoanel. Isso é destruir a Serra da Cantareira.

Discutir traçados para licenciamento é o de menos, porque as instituições como Secretaria de Transportes e Dersa conseguem licenciamento prévio de operação, licenciamento de instalação com a maior facilidade. Eles contemplam todos os requisitos para o licenciamento com os seus conchavos políticos e tocam o barco, então isso é o de menos. Licenciamento eles tiram de letra e tenho a impressão de que eles dão risada da nossa cara cada vez que acontece uma audiência pública em que ficamos discutindo a melhor maneira de

barrar o rodoanel, porque eles têm o poder.

É um sistema ditatorial que impõe essa construção que vai render dinheiro para muito gente; muitos técnicos envolvidos, administradores, políticos corruptos vão levar grana por fora na hora do licenciamento, na hora da licitação pública, na hora de compensação ambiental que não existe, porque contemplam os requisitos para o licenciamento, “a compensação ambiental será a seguinte”, depois vamos procurar essa compensação para ver vamos achar; não vamos achar. Então a minha fala é contra o rodoanel.

Sei que o setor imobiliário está de “zoião” nisso. Sei que todo o setor político está de “zoião” nisso para construir essa obra. Nós devemos impedi-los. Como fazer? Isso é uma ditadura? Eles querem essa obra e ponto? Não devemos deixar. Já falei do licenciamento, que é o de menos. Trabalhei na Secretaria de Transportes e vi que isso eles tiram de letra, entre eles mesmos isso acontece com a maior facilidade do mundo.

Para que serve o patrimônio da reserva da biosfera? Eu gostaria de saber para que serve? É um patrimônio da reserva da biosfera por duas: reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo e reserva da biosfera da Cantareira. Para que servem? Eles não se pronunciam. Como é isso? Para que serve tanta legislação para proteger a água, para proteger o solo, para proteger o ar, a mata atlântica e outras inúmeras legislações existentes? Passam por cima de toda a sociedade com um trator.

Não à face norte do rodoanel. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com a palavra o Deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO – Vereador Paulo Frange, Vereador Chico Macena, Vereador Senival, Vereador Kamia, Vereador Claudio Fonseca e Vereadora Juliana Cardoso, parabéns pela realização dessa audiência. Meu irmão, meu amigo Major Olímpio.

Não via o geólogo Antônio Manoel há muitos anos. Profissionalmente não o via há mais de 20 anos. Foi uma grata surpresa quando ele foi à Assembleia Legislativa, como

professor de Guarulhos, apresentar esse trabalho. O geólogo e professor Antônio Manoel é um dos precursores da geologia de engenharia no Brasil, ele, o Álvaro e toda uma geração. Quando o Brasil teve de optar pelas barragens não havia geologia de engenharia no Brasil.

Estou fazendo essa introdução para dizer que o geólogo Antônio Manoel, agora professor, era do IPT, fundou toda a geologia do IPT. Eles introduziram no Brasil, vieram para o Brasil há 40 anos trazendo toda a tecnologia de geologia de engenharia, seja das grandes barragens como das construções. Acho que ele pegou o centro da discussão de por que tinha um projeto licenciado, para túneis, no estilo da construção da Anchieta-Imigrantes. Por que licenciou de um jeito e vai fazer uma obra de superfície completamente diferenciada, com tantos impactos mexendo com a vida de tanta gente?

Se houvesse oportunidade de o Antonio Manoel, além desse audiovisual, desenvolver um poucos mais para que a gente entendesse as diferenças do projeto. Lógico que devem estar embutidos custos e tudo mais, mas a relação benefício-custo, embora aparentemente as obras subterrâneas sejam mais caras, em longo prazo têm um resultado muito menos impactante para a população, com menos desapropriações, menos cortes nas nascentes e mananciais, porque, depois da zona Sul, aquela é a grande região dos reservatórios, nascentes e de mata.

Esse é o centro da discussão, além desse assunto mais superficial que é a mudança de traçado. A mudança de traçado pode ajudar em alguma coisa, mas o essencial deveria ser a mudança do projeto. Mudando a concepção do projeto, não seria atingida tanta gente, a natureza não seria tão agredida. Com a autoridade que o Antonio Manoel tem, por não estar vinculado a nenhuma proposta político-partidária, ele poderia nos ajudar, arbitrar, com o seu nome, com a sua responsabilidade técnica, na relação com os projetistas e com as empreiteiras envolvidas. Estou colocando isso em debate pela admiração, pelo respeito, pelo conhecimento do seu trabalho e pela importância da sua contribuição neste momento.

Quero apresentar rapidamente umas imagens. A primeira refere-se à denúncia da

arquiteta Raquel Rolnik, para não ficar partidarizando muito a minha crítica. A defensora pública da área de habitação está aqui. Teve um seminário que a Defensoria fez apresentando um vídeo que mostrava como, em outras regiões do mundo, do Terceiro Mundo principalmente, quando há grandes eventos como Copa do Mundo, Olimpíadas, Jogos Pan-americanos, se aproveitam essas ocasiões para fazer uma limpeza étnica, uma limpeza das populações mais pobres. Isso é antigo no Brasil. Quando o Carlos Lacerda fez o Aterro do Flamengo, nos 400 anos do Rio de Janeiro, ele removeu toda aquela população pobre da orla marítima, jogou na Cidade de Deus e até hoje a gente paga por esse erro de planejamento.

Então, para não dizer que estamos partidarizando, pegando um só lado, está aqui, Raquel Rolnik denuncia o seguinte: “A Copa do Mundo no Rio de Janeiro... receberá a Copa e as Olimpíadas... quer praticar o desalojamento e o deslocamento forçado de grandes populações, e isso constitui uma violação aos direitos humanos”. Diz ela: “Estou particularmente preocupada com o que parece um padrão de atuação da falta de transparência e de consulta, de falta de diálogo, falta de negociação justa, da participação das comunidades afetadas no processo de desalojamento executados ou planejados em conexão com a Copa do Mundo”. Então o que eu quero dizer é o seguinte...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO – Tudo bem, o senhor tem razão. O senhor quer saber do rodoanel. O rodoanel é uma dessas grandes obras que agora vão ser feitas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Peço silêncio, por favor, para garantir a palavra do Deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO – Eu tenho um posicionamento político, que acho que o Prefeito Kassab, ao militarizar o Governo, olhe o que está acontecendo na zona Norte. Pode passar a imagem, por favor.

- O orador passa a se referir a imagens projetadas.

O SR. ADRIANO DIOGO – Quais são os subprefeitos que ele colocou na zona Norte? Na Casa Verde, Coronel Airton Nobre de Melo. Na Freguesia do Ó, Coronel Valdir Suzano, e no *staff*, Coronel Henrique César Mendes. No Jaçanã, Coronel Francisco Giannoni e mais três tenentes-coronéis no *staff*. Em Perus, Coronel Esaú. Em Pirituba, Coronel Sérgio Carlos como Subprefeito e o Major Ademir na Defesa Civil. Em Santana-Tucuruvi, Coronel Sérgio Teixeira Alves e no *staff* o Tenente-Coronel Cleodecir. Na Sé, o Coronel Nevorai Bucheroni e mais dois tenentes-coronéis.

O que eu quero dizer? Nós vivemos o rodoanel na zona Leste. No despejo que o Paulo Preto coordenou junto com o Subprefeito de São Mateus, com o Clóvis e com o Coronel Ademir, cinco mil famílias foram retiradas na marra sem uma ação judicial. Cinco mil famílias. Por quê? A Dersa não desapropria. A Dersa compra o imóvel em que você está morando, porque eles não querem fazer desapropriação judicial.

Tanto a Vereadora Juliana Cardoso como eu estivemos envolvidos no processo do Rodoanel, Ramos-Jacu Pêssego na zona Leste, em São Mateus e foi uma barbaridade.

Qual é a orientação política que estamos dando? Não aceitem o Bolsa Aluguel, aquela verba de indenização. É lógico que tem segmento da classe média e até classe média alta onde o Dersa vai efetuar a compra direta sem nenhum processo judicial de desapropriação. É um processo de uma ilegalidade, de uma criminalização e ninguém vai atrás disso. Então, o Dersa tem por método ir a campo e, desde as habitações mais pobres, das favelas mais humildes, das ocupações, dos loteamentos ilegais até os bairros de classe média consolidada fazer um processo extra-judicial de compra dessa propriedades.

Na Prefeitura, que esta audiência é municipal, a Subprefeitura de São Mateus fez o braço armado das desapropriações. Vocês não imaginam o que está acontecendo lá em São Mateus sob o comando dos coronéis. O Jardim das Flores, o Vilabela, bairros inteirinhos estão sendo derrubados e desalojados baseados no relatório do IPT que diz que lá é risco máximo de desmoroamento. Reurbanizações e tudo o mais. Tudo bem que tudo tem de ter uma

desculpa. Estou assumindo o meu lado petista que é o negócio de Copa do Mundo e Olimpíada que será feita uma limpeza ética, de branqueamento. Então, a Copa do Mundo que deveria ser uma copa da inclusão está se transformando na Copa do Mundo da exclusão dos mais pobres, dos marginalizados. Isso não pode acontecer. Essas grandes obras de engenharia são o pretexto para se fazer a limpeza étnica. O quer dizer limpeza étnica? A limpeza dos pretos, dos pobres e dos marginalizados. Esse discurso não cola mais O mundo não agüenta mais isso. Então, unamos todas as forças para impedir tal violência. Chega de querer desalojar as populações mais frágeis e mais pobres com o discurso de que as grandes obras de engenharia embelezam, trazem o progresso e o desenvolvimento. Só existe progresso, desenvolvimento e equilíbrio ambiental pois os mais pobres são o fruto, o maior produto do desenvolvimento humano. Quer corrigir o desequilíbrio ambiental começa com os seres humanos. Obrigado, Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estamos com o tempo bastante apertado.

Vamos passar a palavra ao Adalberto Vieira.

O SR. ADALBERTO VIEIRA – Vereadores Paulo Frange, Chico Macena e Vereadora Juliana Cardoso, cumprimento todas as mães e mulheres presentes sobretudo aquelas que hoje sofrem e lastimam aquilo que de forma legalizada o Estado de São Paulo tem feito. Sou da assessoria do Deputado Alencar Santana que se encontra hoje em Brasília por indicação da bancada da Assembleia que está compondo um grupo para debater a questão do transporte no Estado de São Paulo e que, infelizmente, hoje nos faz falta. Quero citar o Eduardo Jorge. Talvez o calor o fizesse se ausentar desta audiência pública mas eu, Adalberto, esperava que pelo menos o lado do ambientalista ainda o comprometesse a fazer este debate tão necessário para todos os que moram em São Paulo, em especial aqueles que estão sendo vitimados no entorno dos trechos do Rodoanel já instalados.

Como morador da zona Leste – é esta a minha contribuição aos moradores da zona Norte – estamos padecendo, e nos orgulha, Adriano Diogo o compromisso que tem como

petista. Tem de ser desta forma pois o poder é temporal e temos de cumprir nosso papel. Assistimos recentemente a proibição de circulação de caminhões na Marginal e na Bandeirantes, partes mais ricas da Cidade. Pois bem, sem nenhum estudo esses caminhões, veículos pesados, com carga pesada migraram para a Jacu-Pêssego, modificando para valer a vida das pessoas daquele bairro e nas proximidades. Provavelmente haverá doenças e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Secretaria dos Transportes com certeza não deu ou dará explicação para aquela população. Baseado nesta situação, nossa contribuição – e aí, esta Casa que prima por ouvir o cidadão, diferentemente do Executivo - possa pelo menos ouvir aqueles que hoje são vítimas. O Rodoanel interessa ao poder econômico. O Adriano Diogo falou da tribuna eles não ouviram e não tem acesso para o Jardim da Conquista ou Vilabela. Passam automóveis e caminhões jogando poluição e nenhuma compensação ambiental. Esta Casa cumpre este papel. Não tenho ideia como dar encaminhamento. Mas se faz necessário ouvir hoje o morador de São Mateus. Qual foi o benefício que o prolongamento trouxe àqueles moradores, ao morador de Vilabela ou Itaquera, assim como na zona Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Oséias Gusmão.

O SR. OSÉIAS GUSMÃO – Agradeço ao Vereador Paulo Frange pela iniciativa. Tinha alguns pontos que gostaria de trabalhar mas quero tratar de, pelo menos, dois aspectos. O primeiro já foi discutido é a questão da água. Não sei se é de conhecimento de todos mas hoje os técnicos da Sabesp já nos orientaram. Tivemos vários problemas de falta de água, na parte do Elisa Maria, Vista Alegre, aqueles pedaços. Os técnicos nos disseram o seguinte: “estamos fazendo o máximo, tivemos problemas com a chuva, com o lixo e estamos construindo a nova adutora de frente do Damasceno para resolver o caso”. Mas daí eles vêm com adendo e dizem: o problema é que pode acontecer em um futuro muito próximo, temos toda a estrutura necessária para fazer a água chegar na casa das pessoas mas não teremos a água porque boa parte da água que estamos utilizando vem do Sul de Minas Gerais e muitas vezes não temos conhecimento dessas coisas que vem prejudicar. A obra do Rodoanel com

certeza, já foi claramente exposto o fato, vai fechar, acabar com vários mananciais. É um ponto.

O segundo ponto é que, há mais ou menos 30 dias, no máximo, foi transmitida na televisão uma matéria em que um cientista estava explicando que o plástico já está se misturando com a terra, de modo que, desde já, o produto que será gerado pela terra já nascerá contaminado, ou seja, câncer será como gripe nos dias de hoje, embora não haja ainda um combate técnico de massa sobre o câncer.

Então, com relação a isso temos de tomar muito cuidado com o que andamos aprovando e deixando as coisas acontecerem ao nosso redor, porque amanhã serão os nossos filhos, netos e as próximas gerações que participarão de uma situação que nós estamos deixando acontecer nos dias de hoje.

E outro ponto de que quero tratar é sobre a questão da especulação imobiliária na nossa região. O Governo Federal lançou o projeto Minha Casa, Minha Vida, principalmente para beneficiar as pessoas com renda de zero a três salários mínimos.

Nossa área tem sido infelizmente bloqueada, e quando se encontra uma área justamente em prol dessas especulações imobiliárias, favorecendo as pessoas que ganham de quatro a dez salários mínimos.

Há um projeto chamado Quintas da Cidade, onde um terreno custa 300 mil reais, que só as pessoas que têm condições podem comprar, inclusive o Rodoanel vai passar por dentro desse traçado que está no Quintas da Cidade, mas na hora de desapropriar um morador de lá eles querem pagar 5 mil reais.

Então, que nós possamos avaliar com muito cuidado, e quero deixar essa contribuição para que nós possamos, principalmente na zona Norte, atentar àquilo que está acontecendo, porque é nossa moradia, o lugar onde os nossos filhos vão crescer.

Nobre Vereador, quero conceder meu restante de tempo de uso da palavra à Sra. Alveci, uma guerreira daquele pedaço.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

A SRA. ALDECI – Bom dia. Moro na favela do Jardim Cachoeira e também faço parte de uma ONG chamada Mulher em Ação.

Vim de uma luta da ditadura militar e, para mim, tudo isso que está sendo apresentado aqui é como se estivesse voltando o regime militar. Nós ainda não estamos no céu, e a minha proposta é que vamos para as ruas, fechar avenidas e nos organizar, porque o povo só é visto na hora de votar. Muitos que estão aqui votaram nesses governantes, agora, na hora de fazer uma obra, vão passando a máquina por cima das pessoas.

Como já foi citado, estão oferecendo 5 mil reais por um terreno que vale 300 mil. Para onde a pessoa vai com apenas 5 mil? Então, já estamos estabilizados no local há muito tempo, com nossos filhos, e querem nos tirar de lá por causa de uma obra, para se mostrarem lá fora, porque na verdade esse país vive de aparência, derrubando escola. Por isso, temos de nos unir. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Boa tarde. Cumprimento todos os Srs. Vereadores, Deputado Adriano Diogo, Deputado Major Olímpio; Vereadores Kamia, Chico Macena e Donato, Francisco Chagas, Ítalo Cardoso, e todos os presentes.

É uma insatisfação muito grande para todos nós a ausência do ator principal aqui, que é justamente o Governo do Estado, Dersa, que não estão aqui para ouvir as pessoas, os técnicos que apresentaram o problema do Rodoanel aqui.

Infelizmente, a política do PSDB e do DEM na cidade. Eles não têm o hábito de ouvir, e quando ouvem as pessoas também acabam ignorando-as.

Já acompanhamos isso. Há dois ou três anos, implantaram do monotrilho. Eles iniciaram o projeto do monotrilho, e todos, unanimemente, a população da zona Leste vem questionando que o monotrilho não é um transporte aceitável porque não contempla aquela

população. Eles estão simplesmente ignorando a opinião absoluta da população e estão lá fazendo bate-estaca para instalar o monotrilho, um transporte que não resolverá o problema da zona Leste, como já fizeram em outros locais.

Promovem audiências públicas, entretanto, a opinião do povo é relegada a segundo plano, é jogada de lado. Da mesma forma foi quando ignoraram a opinião da população e dos técnicos, especialistas, quando implantaram a nova Marginal, em que gastaram quase 3 bilhões, e poderiam ter feito muito mais quilômetros de metrô na cidade para facilitar a vida dos trabalhadores com transporte público de qualidade. Ignoraram tudo.

E estão ignorando agora a questão do Rodoanel, que é um problema gravíssimo para todos, sobretudo na região norte da cidade de São Paulo, em que afetará e vai tirar a tranquilidade de centenas e milhares de famílias.

É assim que o Governo do Estado trata as pessoas, é como o PSDB trata a população. Então, já passou da hora de dar um basta nisso. Tenho certeza de que o que foi dito aqui por técnicos e por pessoas técnicas é unânime. É não ao Rodoanel.

Portanto, a minha posição é essa. Estou contribuindo nesse movimento, tecnicamente não conheço absolutamente nada, mas politicamente conheço alguma coisa e quero continuar contribuindo dizendo “não” ao Rodoanel, porque é a política de exclusão implantada pelo PSDB. É o que o PSDB sabe fazer muito bem, não ouvir a população e excluir o povo no momento mais delicado.

E o Sr. Miguel trouxe aqui um problema que é do PSDB, do Sr. Geraldo Alckmin, do Dersa, para os Srs. Vereadores, quando ele disse que os Srs. Vereadores que aprovam as leis não estão aqui. Ao contrário, os Srs. Vereadores estão contribuindo, tanto é que o movimento está sendo nesta Casa, audiência pública que é realizada pelos Srs. Vereadores.

Portanto, os Srs. Vereadores estão atuando firmemente contra isso, e estamos lutando contra o Executivo do Governo do Estado, que é do PSDB. Sem dúvida, os 55 Srs. Vereadores querem contribuir para que seja excluída essa proposta do projeto, ou que mude

esse traçado para um outro local.

Então, os Srs. Vereadores estão aqui defendendo a população e representando aquela comunidade que elegeu cada um dos parlamentares que estão nesta Casa hoje. E certamente os Srs. Vereadores não abandonarão a população.

Portanto, representando muitos parlamentares que queriam estar aqui, mas infelizmente não estão por conta de outras Comissões, assim como eu que terei de sair agora para participar da Comissão de Trânsito e Transporte, iniciada às 13h; estou transmitindo a vontade de todos, que é “não” ao Rodoanel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – São 13h05. Por uma questão regimental, suspenderemos esta Comissão por um minuto.

Estão suspensos os trabalhos.
